



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

**Ordem patriarcal e resistência feminina na Ditadura Militar
Brasileira**

Bárbara Mateuzzo¹
Lívia Campanheli²
Fabio Lanza³

Resumo: O artigo analisa a ditadura militar brasileira a partir da noção de ordem patriarcal de gênero, evidenciando como as relações sociais de sexo estruturaram tanto a repressão quanto as formas de resistência. Destaca a participação ativa de mulheres em movimentos políticos, estudantis e na imprensa alternativa, ressaltando que, além da perseguição política, enfrentaram formas específicas de repressão e discriminação marcadas por questões de gênero. O jornal *Brasil Mulher* é apresentado como espaço de denúncia e elaboração feminista no contexto autoritário. A metodologia adotada consiste em pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Ditadura Militar; violência de gênero; mídia alternativa; resistência.

Abstract: The article analyzes the Brazilian military dictatorship from the perspective of the patriarchal gender order, highlighting how social relations of sex structured both repression and forms of resistance. It emphasizes the active participation of women in political and student movements, as well as in the alternative press, noting that, in addition to political persecution, they faced specific forms of repression and discrimination shaped by gendered dynamics. The newspaper *Brasil Mulher* is presented as a space for denunciation and feminist elaboration within the authoritarian context. The methodology adopted consists of documentary and bibliographical research.

Keywords: Military Dictatorship; gender-based violence; alternative media; resistance.

¹ Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL (PPGSOC)
barbara.mateuzzo@uel.br

² Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP (PPGS)
liviacampanheli@gmail.com

³ Professor pós doutor vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UEL lanza@uel.br



INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964–1985) constituiu um dos períodos mais marcantes da história política contemporânea do país, tradicionalmente analisado a partir de suas dimensões institucionais, econômicas e repressivas. No entanto, a incorporação da perspectiva de gênero tem demonstrado que as relações sociais de sexo desempenharam papel central tanto na estruturação do regime quanto nas formas de resistência que se desenvolveram ao longo do período (COLLING, 1997). A compreensão da experiência autoritária exige, portanto, considerar como normas morais, valores familiares e concepções tradicionais de feminilidade foram mobilizados como elementos de legitimação política.

A consolidação do regime não implicou apenas a supressão de direitos e garantias democráticas, mas também a reafirmação de uma ordem patriarcal que reforçava hierarquias de gênero e delimitava expectativas sobre o comportamento feminino. Neste trabalho, a utilização da categoria gênero, conforme propõe Joana Maria Pedro (2005), permite analisar como relações de poder estruturam instituições e discursos políticos, possibilitando compreender de que maneira o regime militar também se apoiou em valores e hierarquias de gênero. Nesse contexto, as mulheres ocuparam posições complexas e, muitas vezes, ambíguas. Foram alvo de vigilância, perseguição e formas específicas de violência, incluindo a violência sexual e a desqualificação moral, ao mesmo tempo em que desempenharam papel decisivo em organizações de oposição, movimentos estudantis, redes de solidariedade e campanhas pela anistia.

O Jornal Brasil Mulher, criado em 1975 na cidade de Londrina no Paraná, foi o primeiro jornal feminista que circulou durante a ditadura militar. Organizado por mulheres ligadas a movimentos de esquerda e ao movimento feminista emergente, o periódico articulava a crítica ao autoritarismo com a defesa de demandas específicas das mulheres, como igualdade salarial, creches, direitos reprodutivos e combate à violência. Além de denunciar a repressão do regime, o jornal também questionava o machismo presente nas próprias organizações políticas de oposição, defendendo a autonomia do movimento de mulheres. Assim, o *Brasil Mulher* teve papel importante na consolidação do feminismo no contexto da abertura política e na ampliação do debate público sobre direitos das mulheres.

Ao colocar as mulheres no centro da análise, este trabalho amplia a compreensão da ditadura para além de uma leitura restrita à repressão estatal. As relações de gênero atravessaram tanto as práticas do regime quanto as formas de resistência construídas no período. Assim, o diálogo entre os estudos sobre a ditadura e os estudos de gênero permite reconhecer as mulheres como protagonistas na história do autoritarismo e nas disputas por memória, justiça e democracia.

2. DITADURA MILITAR NO BRASIL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO



A instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, deve ser compreendida a partir do contexto histórico, político e social do país ao longo das décadas anteriores. O período republicano foi atravessado por recorrentes instabilidades institucionais, pela fragilidade da democracia representativa e por profundas desigualdades socioeconômicas, que alimentaram conflitos entre diferentes projetos de desenvolvimento e de organização do Estado. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, da Guerra Fria, essas tensões internas passaram a ser reinterpretadas sob a ótica da polarização ideológica internacional, na qual o anticomunismo se consolidou como elemento central do discurso político das elites civis e militares. A experiência democrática iniciada em 1946 conviveu com limites estruturais importantes, como a dificuldade de conciliar crescimento econômico, participação política ampliada e estabilidade institucional, o que contribuiu para a erosão gradual da legitimidade do regime democrático (SKIDMORE, 1988).

Durante os anos 1950 e início dos anos 1960, o avanço da industrialização, a urbanização acelerada e a crescente mobilização de trabalhadores urbanos e rurais intensificaram as disputas sociais e políticas. As propostas de reformas de base defendidas pelo governo de João Goulart, especialmente nos campos agrário, educacional e fiscal, foram percebidas por setores conservadores como ameaças à ordem social e aos interesses econômicos estabelecidos. Carlos Fico destaca que o golpe de 1964 não pode ser interpretado apenas como uma intervenção militar isolada, mas como o resultado de uma ampla articulação entre militares, elites econômicas, setores da imprensa e parcelas significativas da sociedade civil, que viam na deposição de Goulart uma solução para o que consideravam um quadro de “crise” e “desordem” institucional (FICO, 2014).

A ditadura militar representou uma ruptura com a ordem democrática, legitimada pelo discurso da segurança nacional e do combate ao comunismo. Inicialmente apresentada como intervenção temporária, rapidamente consolidou mecanismos de repressão e controle institucional. Além disso, sua sustentação envolveu estratégias de legitimação simbólica e política, fundamentais para a manutenção do regime ao longo das duas décadas seguintes (SKIDMORE, 1988; FICO, 2014).

No plano simbólico, o regime construiu narrativas que apresentavam o golpe de 1964 como uma “revolução” necessária à preservação da ordem, da segurança nacional e dos valores morais da sociedade brasileira. Por meio da propaganda oficial, do controle dos meios de comunicação e da censura seletiva, difundiu-se a imagem de um Estado forte, modernizador e comprometido com o desenvolvimento econômico. Tais estratégias contribuíram para moldar percepções sociais, estimular a adesão de determinados setores e, ao menos, promover a passividade política de amplas parcelas da população.

No plano político-institucional, a ditadura procurou preservar uma aparência de legalidade ao manter formalmente instituições como o Congresso Nacional e o sistema



eleitoral, embora esvaziados de autonomia. A edição de atos institucionais, a imposição de um sistema partidário restrito e o uso constante da legislação de exceção foram mecanismos que conferiam respaldo jurídico às decisões do regime e reduziam contestações internas e externas. Desse modo, a permanência da ditadura pode ser compreendida como resultado da combinação entre repressão e estratégias de legitimação (FICO, 2014).

A partir do Ato Institucional nº 5, em 1968, o Estado brasileiro aprofundou seu caráter autoritário, combinando repressão política sistemática com controle das instituições e da sociedade. A ausência de canais democráticos e a perseguição a opositores impediu que os sofrimentos e violências causados pelo regime fossem questionados, reforçando a manutenção do controle e das práticas de dominação.

Nesse contexto, a imprensa e os meios de comunicação foram fortemente censurados: jornais, revistas e rádios tinham de submeter conteúdos à aprovação prévia ou se autocensurar, enquanto veículos críticos e jornalistas eram perseguidos, punidos ou fechados. A censura servia não apenas para silenciar opositores, mas também para moldar a percepção pública sobre o regime, consolidando sua narrativa de ordem, segurança e desenvolvimento. Entre os esforços de resistência à censura, surgiram iniciativas como o jornal *Brasil Mulher*, espaço inicial de denúncia e articulação feminista durante a ditadura, que será analisado mais detalhadamente adiante no trabalho.

2.1 O Serviço Nacional de Informações (SNI)

O Serviço Nacional de Informações (SNI) atuou como o principal órgão de inteligência da ditadura militar, operando dentro da doutrina de segurança nacional que interpretava conflitos políticos e sociais como ameaças à estabilidade do Estado. Sua função ultrapassou a simples coleta de informações técnicas, assumindo um papel político ativo voltado à identificação, monitoramento e neutralização de indivíduos e grupos classificados como opositores ou potencialmente subversivos. Por meio dessa atuação, o regime militar buscou antecipar crises e administrar o dissenso, transformando a repressão em um instrumento sistemático de controle político.

Ao longo da ditadura, o SNI consolidou uma rede de vigilância que integrava órgãos civis e militares e alcançava diferentes setores da sociedade, incluindo universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação e movimentos sociais. A produção contínua de relatórios, fichamentos e dossiês não apenas orientava ações repressivas, mas também funcionava como instrumento de classificação política e manutenção de um clima de vigilância constante. Além de sua função repressiva, o SNI influenciava decisões governamentais, orientando políticas de Estado e consolidando uma racionalidade autoritária que tratava a exceção como norma. Dessa forma, a atuação do SNI foi essencial para a manutenção e



legitimação da ditadura, demonstrando que sua estabilidade não se baseou apenas na força, mas na construção de um aparato institucional estruturado e duradouro.

Um dos alvos de vigilância do SNI foi o *Jornal Brasil Mulher* e, conseqüentemente, as mulheres que participavam da sua elaboração e circulação, classificando-as como potenciais opositoras do regime. Essa vigilância inseriu o jornal em uma rede mais ampla de controle social, que incluía universidades, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, e refletia a preocupação do regime em neutralizar formas de resistência que questionassem tanto a repressão política quanto as normas de gênero. A atuação do SNI sobre o *Brasil Mulher* evidencia como a repressão não atingia apenas o campo político tradicional, mas também os esforços das mulheres de criar espaços de expressão, solidariedade e mobilização feminista, mostrando que a resistência no período estava entrelaçada com o enfrentamento à ordem patriarcal e autoritária do regime. Esse caso evidencia a complexidade da atuação feminina no período, que será aprofundada na discussão sobre mulheres na ditadura nos próximos capítulos do trabalho.

3. A PRESENÇA FEMININA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

A atuação das mulheres durante a ditadura militar brasileira constitui um elemento central para a compreensão tanto das dinâmicas de resistência ao regime quanto dos processos de construção da memória política no período pós-1964. Conforme demonstram Ana Maria Colling (1997) e Janaína de Almeida Teles (2005), as mulheres não apenas participaram ativamente das organizações de oposição ao regime militar, como também desempenharam papel decisivo na denúncia da repressão estatal e na luta por verdade e justiça.

A ditadura incidiu de maneira específica sobre os corpos e trajetórias femininas, produzindo experiências marcadas simultaneamente pela militância política, pela violência repressiva de gênero e pela reconfiguração dos papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres. Havia papéis de gênero que as mulheres deveriam cumprir (cuidar da casa, dos filhos, etc) e estarem envolvidas em articulações políticas era visto de forma negativa tanto por homens de direita, que as associavam ao comunismo, mas também pelos homens de esquerda, que não aceitavam a participação ativa das mulheres em movimentos de luta armada, por exemplo.

Ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. Quando caíram nas mãos do inimigo, enfrentaram a tortura e seus algozes aproveitaram-se delas para a prática da violência sexual. (TELES, 1993, p.65).



No campo da resistência política organizada, Colling evidencia que mulheres estavam presentes em diferentes frentes de oposição ao regime, incluindo movimentos estudantis, organizações clandestinas e grupos de resistência armada e não armada. Essas mulheres exerceram funções estratégicas, como a articulação de redes de apoio, a circulação de informações e a organização logística, desafiando tanto a ordem autoritária quanto as normas de gênero vigentes. A repressão dirigida a elas assumiu contornos específicos, uma vez que a violência política frequentemente combinou com práticas de humilhação moral e sexual, revelando o caráter profundamente patriarcal do Estado autoritário. Assim, a repressão às mulheres operou não apenas como punição à dissidência política, mas também como mecanismo de reafirmação de hierarquias de gênero e controle social (COLLING, 1997).

Paralelamente à militância política direta, Janaína de Almeida Teles destaca o protagonismo feminino na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, especialmente a partir da década de 1970. Mães, esposas, irmãs e filhas de vítimas da repressão tornaram-se figuras centrais na denúncia pública das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado. Ao mobilizarem sua condição de familiares, essas mulheres construíram estratégias políticas que romperam o silêncio imposto pela censura e desafiaram a narrativa oficial do regime, exigindo informações, reconhecimento e responsabilização. Dessa forma, essa atuação foi fundamental para a constituição de uma agenda de memória, verdade e justiça no Brasil, que se projetou para além do período ditatorial (TELES, 2005).

Nesse sentido, a importância das mulheres durante a ditadura militar não se restringe à oposição imediata ao regime, mas estende-se à redefinição das formas de participação política e de elaboração da memória coletiva. Ao ocuparem o espaço público e transformarem experiências privadas de perda e violência em demandas políticas, essas mulheres contribuíram para a deslegitimação do autoritarismo e para a construção de uma memória crítica sobre o período. A análise proposta por Colling e Teles evidencia, portanto, que a história da ditadura militar brasileira não pode ser compreendida sem considerar o protagonismo feminino, tanto na resistência política quanto na luta persistente contra o esquecimento e a impunidade.

O Movimento Feminino pela Anistia se consolidou como uma das principais frentes de contestação ao regime militar brasileiro. É nesse aspecto que as mulheres foram as responsáveis por inaugurar formas específicas de ação política que articulou demandas por anistia, informação e reconhecimento das violências cometidas pelo Estado, deslocando experiências privadas de luto, perda e silêncio para o espaço público (TELES, 2005), como destacado:

Essa luta começou, então, pelas mulheres. No início mobilizaram-se aquelas mais próximas dos presos políticos, irmãs, esposas, companheiras e mães. Foram criadas comissões de familiares de presos e desaparecidos políticos. Mas logo receberam adesão de outras mulheres. No Ano Internacional da Mulher, elas prepararam um abaixo-assinado, acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira”, em favor da anistia (TELES, 1993, p.84)



Ao mobilizarem referências socialmente legitimadas à maternidade e à família, essas mulheres construíram estratégias políticas capazes de conferir legitimidade moral às suas reivindicações, ao mesmo tempo em que tensionaram os limites impostos pela censura e pelo autoritarismo. A luta pela anistia, nesse sentido, não se restringiu à reivindicação do retorno dos exilados ou da libertação dos presos políticos, mas constituiu-se como um campo de disputa simbólica em torno da memória do regime, questionando a versão oficial da ditadura e denunciando a violência de Estado.

Paradoxalmente, esse processo de silenciamento conviveu com a emergência de mulheres como agentes centrais da disputa pela memória e pelo reconhecimento das violências cometidas pelo Estado. O protagonismo das mulheres no movimento pela anistia estabeleceu uma relação direta com a posterior criação de políticas estatais de memória e reparação no Brasil. A atuação contínua de mães, esposas e familiares de presos políticos, organizadas nos Comitês Brasileiros pela Anistia e em associações de familiares, não se limitou à luta pela libertação dos presos e pelo retorno dos exilados, mas prosseguiu após o fim da ditadura militar na exigência de esclarecimento dos desaparecimentos forçados, identificação dos responsáveis e reconhecimento oficial das violações cometidas pelo Estado.

É importante destacar que os mecanismos de controle autoritário atingiam de maneira diferenciada as mulheres, dependendo de sua posição social e de gênero. As donas de casa de classe média, por exemplo, eram atingidas pelo controle moral e ideológico, sendo mobilizadas como símbolos da família tradicional. Já as mulheres trabalhadoras, boias-frias e empregadas domésticas sofriam os efeitos mais diretos da repressão econômica, da ausência de direitos e da violência institucional. Ambas, no entanto, estavam submetidas a formas de silenciamento e vigilância, públicas ou invisíveis, que regulavam seus corpos, suas práticas e sua fala.

A resistência das mulheres durante a ditadura também se expressou politicamente na produção do Brasil Mulher, veículo que denunciava o regime e fortalecia a mobilização feminina. No capítulo seguinte, será analisado como essa imprensa alternativa feminista constituiu um espaço de resistência política e social.

4. O JORNAL BRASIL MULHER E SUA IMPORTÂNCIA POLÍTICA

Durante a ditadura, a grande imprensa brasileira frequentemente manteve uma postura colaborativa com o regime, seja por convicções políticas, coerção institucional ou interesses econômicos. Essa colaboração manifestou-se tanto na publicação de conteúdos favoráveis ao governo quanto na omissão sistemática de informações sobre violações de direitos humanos, repressão política e perseguição a opositores (KUCINSKI, 1998). Nesse contexto, a grande



imprensa desempenhou papel central na legitimação do discurso oficial e na construção de uma aparência de normalidade institucional, apesar de sofrer censura.

Enquanto a grande imprensa colaborava com o regime, a imprensa alternativa buscava contestar a censura e a repressão; porém, mesmo nesse espaço de resistência, as hierarquias de gênero se mantinham, e a pauta feminista era frequentemente marginalizada ou tratada com desdém, inclusive por jornais alternativos de grande circulação, como O Pasquim, que incorporava o escárnio ao feminismo em sua crítica moral à classe média (SOIHET, 2007).

Em 1975, em Londrina, foi fundado o Jornal Brasil Mulher, durante o período marcado pela chamada distensão do governo Geisel. O jornal tornou-se um importante veículo para discutir os direitos das mulheres, desafiando tanto a repressão política quanto as normas sociais conservadoras da época, além de dar voz a grupos marginalizados. Conforme destacado:

O surgimento do jornal Brasil Mulher e, na sequência, do Nós Mulheres em 1976, e do Mulherio, já na década de 80, inaugura a fase do que chama-se de imprensa alternativa feminista. Nestas publicações pode-se notar as linhas do pensamento da teoria feminista que estavam se articulando na prática. (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 29).

À luz da análise de Soihet (2007), esse desprezo refere-se tanto à subestimação da participação feminina pelo próprio regime autoritário quanto à marginalização das mulheres dentro das organizações de oposição, que frequentemente limitavam sua atuação e não reconheciam suas experiências específicas. Assim, esse contexto contrastava com transformações sociais profundas em curso, como a ampliação da participação feminina no trabalho e na política, mudanças na estrutura familiar e politização do corpo e da sexualidade. A emergência da imprensa alternativa feminista deve ser compreendida, portanto, não apenas como reação à repressão estatal, mas também como resposta aos limites políticos e simbólicos da própria imprensa alternativa hegemônica, que permanecia ancorada em um paradigma de esquerda pouco sensível às experiências específicas das mulheres.

Como observa Maria Lygia Quartim de Moraes (1999), a imprensa alternativa feminista dos anos 1970 constituiu um espaço político inovador ao transformar experiências cotidianas das mulheres, tradicionalmente relegadas à esfera privada, em temas de debate público e de ação política.

Nesse contexto de emergência do protagonismo feminino na denúncia da violência de Estado, a imprensa feminista constituiu-se como um espaço privilegiado de elaboração simbólica e política dessas experiências. O Jornal Brasil Mulher insere-se nesse movimento mais amplo ao buscar dar visibilidade às múltiplas formas de opressão vividas pelas mulheres durante a ditadura, articulando a militância política à representação do cotidiano feminino. Essa perspectiva manifesta-se já na capa de sua primeira edição, publicada em 1975, que traz a imagem de uma senhora de feições marcadas, apresentada como símbolo da mulher comum brasileira, trabalhadora, boia-fria, dona de casa e assalariada. Conforme analisa Debértolis (2002), essa escolha visual associa-se simultaneamente à ideia de força, resistência e



persistência do povo brasileiro e à denúncia da exclusão social vivida pela mulher pobre e idosa, em diálogo com a chamada de capa “O brasileiro, sobretudo um forte”.

O jornal Brasil Mulher desempenhou um papel crucial na disseminação das ideias feministas durante a ditadura militar; conforme analisa a literatura especializada, o jornal nasce da intersecção entre imprensa alternativa, movimento pela anistia e emergência do feminismo organizado, tendo vínculos iniciais com o Movimento Feminino pela Anistia. Ainda que o MFA não se definisse como feminista, a transformação de um boletim em um jornal feminista revela um deslocamento fundamental: as mulheres deixam de ocupar apenas o lugar simbólico de legitimadoras da luta política e passam a se afirmar como produtoras de discurso crítico. Nesse sentido, o Brasil Mulher constitui uma experiência inaugural ao inserir de forma sistemática as questões de gênero no campo da imprensa alternativa e da resistência à ditadura.

Nesse contexto de intensa mobilização feminina e de inserção das mulheres no campo da imprensa alternativa, o Brasil Mulher expressou, de forma concentrada, as contradições do feminismo brasileiro sob a ditadura.

O papel da imprensa foi fortemente condicionado pelo governo, que utilizava uma combinação de censura, repressão e controle para moldar a cobertura midiática e limitar a disseminação de informações contrárias aos seus interesses. A censura prévia era aplicada a jornais, revistas, rádios e televisões, resultando na supressão de matérias consideradas subversivas ou ameaçadoras ao governo.

O Jornal Brasil Mulher é exemplar nesse processo: alvo de vigilância, teve parte de sua atuação registrada por órgãos como o SNI e a Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Universidade Estadual de Londrina (ASI-FUEL).

O periódico foi frequentemente alvo de relatórios e investigações, especialmente por seu conteúdo crítico à ditadura e por abordar temas como direitos políticos, igualdade de gênero e questões trabalhistas. As mulheres que estavam à frente desses projetos continuaram a produzir e disseminar conteúdos transformadores. Muitas dessas publicações eram distribuídas de forma clandestina ou em eventos de movimentos sociais, garantindo que suas mensagens alcançassem diferentes público, incentivando a luta por direitos e a participação ativa na vida política e social do país (COSTA e DA COSTA, 2021).

Durante uma pesquisa na plataforma do Arquivo Nacional (SIAN), foi analisado o documento ASP ACE 4250/80, produzido em 15 de junho de 1976, nomeado “Jornal Brasil Mulher”. Este documento evidencia a vigilância exercida pelo SNI sobre o jornal. Composto por 99 páginas, ele detalha minuciosamente as atividades, informações pessoais e mudanças operacionais relacionadas ao jornal, revelando a intensa investigação do SNI sobre cada membro da equipe, inclusive suas atividades que não eram relacionadas ao trabalho, destacando a atenção dada a todos os aspectos do funcionamento do jornal.

As últimas dez páginas do documento contém a resposta a uma solicitação de busca, que detalha informações pessoais sobre as mulheres envolvidas no jornal. Esses dados abrangem uma variedade de aspectos, desde detalhes sobre suas famílias até eventos dos



quais participaram, locais onde trabalharam anteriormente e até mesmo viagens e visitas realizadas. Além disso, o documento inclui uma nova solicitação de busca, desta vez direcionada a detalhes específicos sobre os membros do conselho editorial e de pesquisa do Jornal Brasil Mulher.

Por fim, o documento inclui o prontuário de uma jornalista que atuava como tradutora para o jornal. Este arquivo abarca informações de cunho profissional, pessoal e histórico de sua participação no cenário político, oferecendo uma visão abrangente sobre a vigilância e o controle exercidos pelo SNI sobre as atividades e a vida pessoal das jornalistas envolvidas no jornal.

A análise dos documentos do SNI sobre o jornal Brasil Mulher revela não apenas a vigilância e a repressão enfrentadas pelas jornalistas, mas também destaca a marginalização das mulheres nos registros históricos. Michelle Perrot (1988), em seus estudos sobre a história das mulheres, argumenta que os arquivos são espaços de poder que refletem as hierarquias sociais. Ela afirma que a ausência de registros sobre mulheres nos arquivos históricos não é mera coincidência, mas sim resultado de uma construção social que desvaloriza as experiências femininas e privilegia as narrativas masculinas. Perrot (1988) ressalta que:

No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra. A narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública - a política, a guerra - onde elas aparecem pouco. (PERROT, 1988, p. 09)

Esta perspectiva é fundamental para entender como os documentos do SNI, embora ricos de detalhes sobre a vigilância das mulheres do jornal Brasil Mulher, também refletem uma tentativa de controlar e silenciar suas vozes.

A análise dos documentos inéditos do SNI sobre o Jornal Brasil Mulher revela como o Estado percebia essas mulheres como uma ameaça. A atuação delas evidencia uma "criação de um novo sujeito social e histórico", que uniu a luta de gênero à de classe, desafiando tanto o autoritarismo quanto a exclusão socioeconômica. Ao visibilizar essas fontes, é possível resgatar o papel fundamental dessas mulheres na construção de uma resistência que foi tanto política quanto social.

Durante a ditadura militar brasileira, os arquivos do SNI sobre o jornal Brasil Mulher exemplificam essa dinâmica. Embora detalhem a vigilância e a repressão exercidas sobre as jornalistas, esses documentos também mostram a tentativa do regime de controlar e suprimir as vozes dissidentes. A atenção meticulosa aos detalhes da vida e das atividades dessas mulheres, ao mesmo tempo em que tentavam neutralizá-las, resultou em um registro paradoxal: um testemunho da resistência feminista contra a opressão.

A ausência das mulheres nos registros históricos e sua marginalização no discurso oficial refletem a estrutura patriarcal da sociedade e do estado, uma realidade que se intensificou durante a ditadura militar. O jornal Brasil Mulher desafiava essa narrativa ao trazer a voz das mulheres para o centro do debate, questionando a repressão política e a opressão de gênero.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a análise do Brasil Mulher e da participação feminina durante a ditadura militar evidencia que a resistência das mulheres não se limitou à esfera privada, mas se expressou em ações políticas concretas, como a produção de imprensa alternativa. Ao denunciar o autoritarismo, a violência de Estado e as desigualdades de gênero, essas mulheres criaram espaços de debate e visibilidade, desafiando tanto a repressão estatal quanto as limitações impostas por organizações políticas tradicionais. A vigilância e repressão do SNI sobre o Brasil Mulher mostram que o regime reconhecia essas ações como uma ameaça à ordem estabelecida. Ao tentar controlar, silenciar e desqualificar a atuação feminina, o Estado reforçou a dimensão política e social da resistência, ao mesmo tempo que deixou registros que hoje permitem reconstruir a trajetória dessas militantes e compreender melhor os processos de opressão e resistência.

Por fim, a experiência da imprensa alternativa feminista estabeleceu bases importantes para a construção de políticas de memória, para o debate sobre direitos das mulheres e para a consolidação do feminismo organizado no Brasil. O *Brasil Mulher* e outras publicações desse período revelam que a luta por igualdade e visibilidade feminina possui raízes profundas em contextos de repressão, reforçando a continuidade da resistência feminina e sua influência nas agendas políticas e sociais contemporâneas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário**. Bauru: Edusc, 1999.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BRASIL, Serviço Nacional de Informações. Cópia de documentos - **Jornal Brasil Mulher**, 15 de junho de 1976. ASP ACE 4250/80, 99 laudas. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).
- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L.; LAPERRIÈ, S.; MAYER, M.; PIRES, S. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- COSTA, Larissa Shayanna Ferreira; DA COSTA, Verônica Soares. A trabalhadora no Brasil Mulher: análise das capas do 8 de março. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 47, 2021.
- DEBÉRTOLIS, Karen S. Brasil Mulher: **Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- JORNAL BRASIL MULHER**. Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH). Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2026.
- KUCINSKI, Bernardo. **A Aventura Alternativa** – O jornalismo de oposição dos anos 70. In: A síndrome da antena parabólica. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 177, 1998. Abramo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo, **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2001.
- KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. **O feminismo político do século XX**. Blog da Boitempo, 9 mar. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/09/o-feminismo-politico-do-seculo-xx/>. Acesso em: 10 fev. 2026.



PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 2, 2005, p. 45-64.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930–1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964–1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 1, p. 9-18, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. 1993. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.